



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 25/2013

Data da Reunião ordinária – 5 de dezembro de 2013

Início da Reunião 16.00 horas

Termo da Reunião 18.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Vice-Presidente: Daniel Freire da Encarnação Martins

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 5 de dezembro de 2013, com início pelas 16.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 – 22.ª Alteração ao Orçamento e 19.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.2 – Representatividade da Autarquia -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. PATRIMÓNIO -----

3.1 – Comissão de Avaliação do Património Municipal – Alteração de Constituição -----

3.2 – Alienação dos Lotes de Terreno das Zonas Industriais de Constância – Alteração da Composição do Júri para análise de candidaturas -----

4. OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS -----

4.1 – Augusto Freire Mendes – Pedido de Emissão de Certidão -----

5. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

5.1 – Normas de Atribuição e Gestão de Habitação Social – Proposta de Alterações -----

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 – Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento do Lixos do Médio Tejo – Nomeação de Representante -----

6.2 – ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa – Envio da bandeira e certificado referente à parceria 2012/2013 – Continuidade da Parceria ABAE/município no âmbito do Programa Eco-Escolas (7.1.4.3) -----

6.3 – Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill – Oferta de Documentos -----

6.4 – Tuboplan – Tubagens Industriais, Lda – Pedido de Cedência do Espaço do Centro Náutico de Constância Dia 17/12/2013 (7.2.8) -----

6.5 – Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor – Consumo de Água – Pagamento em prestações -----

7. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

8. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

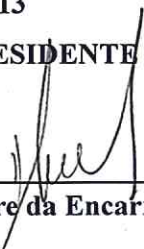
9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

Constância, 5 de dezembro de 2013

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,



(Daniel Freire da Encarnação Martins)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Daniel Freire da Encarnação Martins, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Faltou a esta reunião a Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, por se encontrar em serviço externo. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, eram dezasseis horas. -----

Aprovação das atas das reuniões anteriores: - Foram presentes as atas das reuniões realizadas nos dias 07 e 21 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada, nos termos do número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, e consideradas conforme as minutas previamente elaboradas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente informou que a Senhora Presidente não iria estar presente na Reunião de Câmara, por ter sido convocada para uma reunião de trabalho na CCDR Centro, em Coimbra. -----

Informou também que se irá realizar uma reunião extraordinária, no próximo dia 12 de Dezembro de 2013, pelas 10:00 horas, a fim de tratar de assuntos relacionados com o Mapa de Pessoal e as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014 -----

Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes: “Gostaria de saber se a Câmara Municipal aderiu às 40 horas de trabalho”. -----

O Senhor Vice-Presidente informou o seguinte: “Não fizemos qualquer alteração do horário, atendendo a que não recebemos qualquer informação oficial que altere o que está a ser praticado atualmente, as 35 horas”. -----

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista António Luís Fernandes Mendes e Natércio Francisco Canelhas Candeias entregaram uma proposta para redução de todas as rendas de habitação social a partir de Janeiro de 2014. -----

O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão referiu que este assunto deverá ser discutido e analisado de forma a ser dada uma resposta eficiente. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

O Senhor Vice-Presidente informou que a proposta apresentada deverá ser incluída na ordem de trabalhos de uma próxima reunião de Câmara para discussão e eventual aprovação. -----

Questão colocada pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias: “ Teve conhecimento que a Câmara Municipal não emprestou o autocarro para deslocar munícipes da Freguesia de Montalvo ao Concurso “O Preço Certo”. -----

O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão informou que a posição tomada pelo executivo foi de não emprestar as viaturas do município para atividades deste género.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - 22.^a ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 19.^a ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPCÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 22.^a Alteração ao Orçamento e 19.^a Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do ano 2013. -----

1.2 - REPRESENTATIVIDADE DA AUTARQUIA

INFORMAÇÃO: “Junto se envia, para conhecimento de V. Exas., a indicação da representatividade da autarquia, pelos senhores vereadores, de acordo com os pelouros atribuídos.” -----

“O Vereador Daniel Martins representa o município nas seguintes entidades / órgãos; -----

- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Constância; -----

- Plataforma Supraconcelhia do Conselho Local de Ação Social; -----

- Turismo do Centro de Portugal; -----

- Conselho Municipal de Ação Social; -----

- Conselho Municipal de Educação. -----

O Vereador Arsénio Cristóvão representa o município nas seguintes entidades / órgãos; -----

- Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA; -----

- Médio Tejo 21 – Agência de Energia; -----

- Canil / Gatil Intermunicipal de Abrantes; -----

- Conselho Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; -----

- Resitejo – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo; -----

- Conselho Municipal de Segurança; -----

- Comissão Distrital de Defesa da Floresta.” -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 04 de Dezembro de 2013, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 2.818,10 (dois mil oitocentos e dezoito euros e dez cêntimos); **Instituições de Crédito: € 527.065,27** (quinhentos e vinte sete mil sessenta e cinco euros e vinte sete cêntimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.533,50** (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma: € 534.971,87** (quinhentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e um euro e oitenta e sete cêntimos); **Em Documentos: € 19.876,12** (dezanove mil oitocentos e setenta e seis euros e doze cêntimos); **TOTAL: € 554.847,99** (quinhentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 397.408,70** (trezentos e noventa e sete mil quatrocentos e oito euros e setenta cêntimos); **- Operações de Tesouraria: € 137.563,17** (cento e trinta e sete mil quinhentos e sessenta e três euros e dezassete cêntimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 18/11/2013 a 29/11/2013, na importância global de € 232.899,34 (duzentos e trinta e dois mil oitocentos e noventa e nove euros e trinta e quatro cêntimos). -----

-----3. PATRIMÓNIO-----

3.1 - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência da tomada de posse dos Órgãos Municipais para o mandato 2013/2017, importa reformular a Comissão de Avaliação do Património Municipal aprovada por deliberação do Executivo Municipal de 28 de fevereiro de 2013. -----

Assim sugere-se que a mesma seja constituída por: -----

Presidente: -----

- Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Presidente da Câmara Municipal; -----

Vogais: -----

- Jorge Manuel Marques Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----

- Manuela Maria Banza Lopes, Técnico Superior da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

- Sérgio Paulo Fernandes Correia, Técnico Superior da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----

- Maria Filomena da Silva Marques de Matos, Assistente Técnico da Divisão Municipal Administrativa e Financeira – Núcleo de Finanças e Contabilidade – Património.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de constituição da Comissão de Avaliação do Património Municipal. -----

3.2 - ALIENAÇÃO DOS LOTES DE TERRENO DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE CONSTÂNCIA - ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI PARA ANÁLISE DE CANDIDATURAS -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência da tomada de posse dos Órgãos Autárquicos para o mandato 2013/2017, e a fim de continuar a ser dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 9.º (“as candidaturas serão objeto de análise por um júri designado pela Câmara Municipal”) do Regulamento de Alienação dos Lotes de Terreno das Zonas Industriais de Constância, importa reformular a composição do júri para análise de candidaturas aprovadas por deliberação do Executivo Municipal de 28 de fevereiro de 2013. -----

Assim sugere-se que o mesmo seja composto por: -----

- Presidente – Arsénio de Oliveira Cristóvão – Vereador da Câmara Municipal; -----

- Vogal efetivo – Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor – Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----

- Vogal efetivo – Manuela Maria Banza Lopes, Técnico Superior da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; -----

- Vogal efetivo – Gonçalo Daniel da Silva Germano, Técnico Superior do Serviço Municipal de Proteção Civil e Segurança; -----

- Vogal suplente – Sérgio Paulo Fernandes Correia, Técnico Superior da Divisão Municipal de Serviços Técnicos; e -----

- Vogal suplente – Hélder Manuel Freire Lopes, Coordenador Técnico do Núcleo de Armazéns da Divisão Municipal Administrativa e Financeira.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, alterar a composição do júri para análise de candidaturas, no âmbito de alienação dos lotes de terreno das Zonas Industriais de Constância. -----

4. OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS -----

4.1 - AUGUSTO FREIRE MENDES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

MORADA: RUA DE SANTO ANTÓNIO – CASAL VILELAS, N.º 7 – CONSTÂNCIA-SUL -----

INFORMAÇÃO: “No seguimento da informação prestada pelo serviço de Topografia através do SGD e de acordo com as plantas em anexo, torna-se necessária a emissão de despacho de autorização, por parte da Exma. Senhora Presidente da Câmara, no uso da competência delegada em 24-10-2013, para emissão da certidão solicitada. -----

Requer ainda o munícipe a isenção do pagamento do referido documento, o que, de acordo com o disposto no art.º 27º - Isenções Gerais, do Regulamento de taxas e outras receitas, licenças e posturas municipais em vigor, apenas poderá ser englobado, salvo melhor opinião, no ponto 3 que refere “ *Poderão ainda beneficiar da isenção prevista no número anterior os indivíduos com comprovada insuficiência económica*”, pelo que, se for esse o entendimento, é também necessário despacho nesse sentido.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o pagamento da certidão. -----

-----5. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL-----

5.1 - NORMAS DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ALTERAÇÕES-----

INFORMAÇÃO: “Após análise do exemplo apresentado pelos Senhores Vereadores António Mendes e Natércio Candeias e considerando o que se encontra sublinhado, uma vez que não chegou à signatária nenhuma descrição concreta das alterações propostas, cumpre informar o seguinte: -----

1 – Existe pouca mas alguma legislação que regulamenta a atuação das autarquias na atribuição e gestão da habitação social que possuem. Uma delas é o Decreto-Lei n.º166/93 de 7 de maio, sob a égide do qual foi elaborada a proposta anteriormente apresentada e agora em discussão. -----

2 – No normativo legal antes referido está plasmada a fórmula de cálculo das rendas a fixar, logo, não se considerou necessário reproduzi-la no documento porquanto está a autarquia obrigada ao cumprimento da lei. -----

3 – Estabelecer o prazo do contrato em 5 anos é o que a atual lei impõe e, por isso, é prática corrente da câmara, logo, não se considerou necessário reproduzi-la no documento porquanto está a autarquia obrigada ao cumprimento da lei. -----

4 – Propositadamente não se limitou o acesso à habitação social a residentes no concelho há determinado número de anos, por se considerar ser contra o princípio constitucional do direito à habitação. Contudo, na análise de cada candidato far-se-á ponderar vários fatores entre os quais esse, de acordo com o artigo 8.º do documento. Além do mais, é imperativo



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

lançar condições para que mais população de fixe no território. Reforça-se que face à possibilidade de inconstitucionalidade não se vê vantagem em que tal fique discriminado no documento. -----

5 – Relativamente à atualização do valor da renda sublinha-se que o artigo 16.º da proposta de normas prevê já que seja efetuado com base no Decreto-Lei 166/93 de 7 de maio, não se percebendo qual o alcance da sugestão de alteração indicada. -----

6 – No que concerne à indemnização moratória reforça-se que a mesma está prevista, nos termos da lei em vigor, no artigo 17.º da proposta de normas, pelo que também não se entende qual o alcance da sugestão de alteração indicada. -----

7 – Sobre a matriz de avaliação e pontuação apraz fundamentar a sua não inclusão, porquanto se considera redutora na análise dos candidatos e passível de enviesar resultados. Ou seja, reduz as necessidades e realidades avaliadas e considera a signatária que não se ajusta, bastas vezes, às que existem. -----

8 – Foram efetuadas as seguintes alterações ao modelo previamente apresentado: -----

a) Inclui-se um artigo relativamente à “utilização dos fogos”; -----

b) Alterou-se a designação “deficientes” por “portadores de deficiência”. -----

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Luís Mendes e Natércio Candeias do Partido Socialista, aprovar a proposta de alterações das Normas de Atribuição e Gestão de Habitação Social. -----

O Vice-Presidente Daniel Martins utilizou o voto de qualidade. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA: “Os Vereadores do PS apresentaram algumas questões referentes às (Normas de Atribuição e Gestão de Habitação Social) que lhes foi apresentado para aprovação. -----

Disponibilizaram-se para apresentar as alterações que julgavam pertinentes. -----

Apresentaram em tempo oportuno um modelo de Normas que em seu entender se apresentava como adequado ao nosso concelho. -----

Verificaram os Vereadores do PS que, a única alteração (inclusão) às novas Normas, se resumiu a um único ponto “utilização dos fogos”. -----

Assim, porque não foram corrigidas as divergências, os Vereadores do PS entendem que não podem votar favoravelmente as novas Normas, por em seu entender ser discriminatório, redutor e penalizar os mais necessitados em particular os candidatos que tenham alguma dúvida para com a Autarquia, não a quantificando nem dando possibilidades para que a mesma possa ser liquidada em tempo oportuno. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

Por impedir que aqueles que usufruíram de algumas verbas do Município para reparações nas suas degradadas habitações, nos últimos 8 anos. -----

Logo, entendem os vereadores do PS que estas Normas são muito seletivas e pouco social.”

-----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

6.1 - RESITEJO - ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO E TRATAMENTO DO LIXOS DO MÉDIO TEJO - NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE:

Ofício n.º 927/2013, de 21 de outubro de 2013, solicitando a designação do representante do município na Resitejo. -----

INFORMAÇÃO: “De acordo com o que foi solicitado a esta autarquia, conforme documento que se anexa, proponho que o representante a designar seja o Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a designação do Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão a representar a Câmara Municipal na Resitejo. -----

6.2 - ABAE - ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA - ENVIO DA BANDEIRA E CERTIFICADO REFERENTE À PARCERIA 2012/2013 - CONTINUIDADE DA PARCERIA ABAE/MUNICÍPIO NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO-ESCOLAS

INFORMAÇÃO: “A ABAE – FEE/Portugal propõe uma parceria com os Municípios, que visa o compromisso de colaboração entre as duas entidades na implementação e desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no nosso concelho, cuja existência é fundamental à ascensão integral do mesmo nas escolas. -----

Assim, proponho que a proposta de parceria do Programa Eco-Escolas, em anexo, seja assinada visto as escolas do nosso concelho estarem inscritas no referido Programa.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de parceria entre a ABAE/Município no âmbito do Programa Eco-Escolas. -----

6.3 - BIBLIOTECA MUNICIPAL ALEXANDRE O’NEILL - OFERTA DE DOCUMENTOS

INFORMAÇÃO: “Informo que no passado dia 12.11.2013 foi entregue no Posto de Leitura do Parque Ambiental de Santa Margarida da Coutada, pela Senhora Lurdes Magalhães, residente na Rua do Pombal N.º 7-A, 2250 Aldeia de Santa Margarida, conjunto de documentos (listagem em anexo) composto por monografias e documentos audiovisuais com o objetivo de serem ofertados à Biblioteca Municipal Alexandre O’Neill. -----

Considerando os imperativos legais definidos na alínea h) do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, **cumpre informar que é**



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

competência da Câmara Municipal “aceitar doações, legadas e heranças a benefício de inventário”. -----

Posto isto, propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o assunto possa ser reencaminhado para Reunião do Órgão Executivo, com vista a que a Câmara Municipal possa deliberar, favoravelmente, a aceitação da oferta pois da mesma não decorrem quaisquer encargos financeiros. Mais se acrescenta que considerando o teor do conjunto documental ofertado, o mesmo é uma mais-valia para o enriquecimento da coleção da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

A ser deliberada favoravelmente a aceitação da oferta, igualmente se propõem, que se possa encaminhar a instrução do processo junto do Serviço de Património da edilidade com o objetivo de acrescentar ao inventário/património da edilidade o conjunto documental descrito.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a oferta de documentos para a Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

6.4 - TUBOPLAN - TUBAGENS INDUSTRIAIS, LDA: Ofício n.º CG/FM/13/0217, de 28 de novembro de 2013, solicitando a cedência do Centro Náutico de Constância, para o dia 17 de dezembro de 2013, a fim de realizarem um jantar de Natal. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder o Centro Náutico de Constância à empresa Tuboplan – Tubagens Industriais, Lda. -----

6.5 - JORGE MANUEL MONTEIRO MARQUES HEITOR - CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES -----

INFORMAÇÃO: “Sobre o pedido de pagamento em prestações, apresentado pelo consumidor n.º 52372, Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, de quantia avultada de consumo de água, a qual corresponde à fatura/recibo do mês de setembro de 2013, consumo de agosto, da importância de € 140,32, informo: -----

- O pagamento em prestações está previsto no n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento de Taxas, Licenças, Tarifas, Prestação de Serviços e Posturas Municipais do Município de Constância, sendo a sua autorização da competência da Câmara Municipal. No caso de deferimento do pedido e de acordo com os n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo e Regulamento, “o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizadas, acrescentando ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações”, devendo o pagamento de cada prestação “ocorrer durante o mês a que



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 25/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-12-2013

esta corresponder”, implicando a falta de pagamento de uma delas o vencimento imediato das restantes.” -----

O motivo de tão elevado consumo, deveu-se a uma avaria no programador de rega da relva.

O requerente solicita o pagamento em 4 prestações mensais.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento de consumo de água em 4 prestações. -----

-----7. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----8. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezoito horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente e por mim *Luís Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,